

Capítulo I A reorientação política

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. A reorientação política. In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 27-45. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A reorientação política

A construção do novo discurso do PCC Pós-Mao

O período precedente, aqui denominado Era Mao, teria que ser submetido a uma interpretação conclusiva, no Partido Comunista Chinês (PCC), a partir da segunda metade dos anos 1970, após a morte em setembro de 1976 do seu, até então, indiscutido principal dirigente, Mao Zedong.³ Esse balanço do período Mao associou-se às ideias subjacentes às reformas que reorientaram o Estado chinês, a partir de fins da década de 1970. A consolidação do novo poder político, as transformações econômicas, as reviravoltas diplomáticas, o Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural (RC)

³ Na grafia dos nomes chineses, observou-se o sistema ortográfico oficial romanizado *pinyin*, mantendo-se, como esse sistema faculta, algumas exceções. Assim, empregamos a ortografia conhecida anteriormente para *Cantão*, em vez de *Guangzhou*, *Chiang Kai-chek*, em lugar de *Jiang Jieshi*, *Sun Yat-sen* e não *Sun Zongshan* e *Pequim*, em vez de *Beijing*. Escrevemos Mao Zedong, conforme o sistema *pinyin*, mas mantivemos a grafia original como Mao Tsé-tung ou Mao Tsetung de acordo com alguns casos de referências bibliográficas ou citações.

foram acontecimentos de extrema importância, condensados em um período de tempo muito curto, a Era Mao. Foram eventos que abalaram os alicerces da sociedade chinesa, gerando controvérsias e rivalidades sobre o futuro do regime, com choques abertos, envolvendo as massas e os líderes do Estado e do Partido Comunista Chinês. Essa avaliação da Era Mao propriamente dita vinculou-se à necessidade de interpretação do momento vivido pela China, no final dos anos 1970, e à proposição dos novos caminhos.

Na nova fase da China, destacou-se o papel político de Deng Xiaoping. Ele comandou as mudanças tanto na avaliação do maoísmo quanto na reorientação da economia. Deng ocupou o posto de secretário-geral do PCC e foi destituído de seus cargos em 1966, na Revolução Cultural, mas foi mantido no partido. Não houve expurgo e, em abril de 1973, Mao propôs a convocação de Deng para o primeiro plano político com sua nomeação para o Bureau Político do Comitê Central do PCC. Em outubro de 1974, Mao defendeu a nomeação de Deng para o cargo de vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado. Em dezembro de 1974, Mao também indicou o nome de Deng para acumular, além do posto de vice primeiro-ministro, os cargos de vice-presidente da Comissão Militar e de Chefe do Estado Maior do Exército Popular de Libertação. Em novembro de 1975, em razão de atritos com o chamado “bando dos quatro”, principais dirigentes da Revolução Cultural, Deng foi afastado de algumas responsabilidades. Em 1976, houve uma “campanha de crítica a Deng Xiaoping e contra-ataque ao vento direitista”. Ainda em abril de 1976, Deng voltou a ser demitido de todos os seus cargos, sob a acusação de que teria organizado as manifestações populares de apoio, aparentemente, ao legado do falecido primeiro-ministro Zhu Enlai, em abril, quando ocorrem tradicionalmente homenagens aos mortos, para, na verdade, desferir um ataque a Mao e à Revolução Cultural. Deng Xiaoping, que sempre teve forte apoio entre os quadros veteranos e no exército, retomou

suas atividades dirigentes em 1977, e, a partir de 1978, tornou-se, na prática, o principal dirigente chinês, habilitado para conduzir as reformas econômicas.

Na experiência do socialismo real, não obstante a localização das disputas entre os dirigentes na superfície da vida política, observa-se que, além das posições pessoais, a exemplo do irracional culto da personalidade de Mao, tais disputas relacionam-se com o processo e o conteúdo de decisões estratégicas sobre o problema da construção socialista. Nesse sentido ampliado, essas disputas na cúpula partidária podiam ser enxergadas como reflexos de uma nova forma de luta de classes. Nesse contexto, prevaleceu, em geral, o atentado contra a democracia socialista. Na URSS, com Stálin, houve expurgos, prisões, desaparecimentos e fuzilamentos, inclusive atingindo destacados e históricos líderes bolcheviques, enquanto na China, a despeito das arbitrariedades, a luta na cúpula do PCC vazava para o exterior das instâncias dirigentes, envolvendo diretamente as massas, através das campanhas políticas, o que ocorreu explosivamente na Revolução Cultural. Em geral, os dirigentes eram afastados das funções, perdiam os cargos, embora permanecessem nas fileiras do Partido, de modo que os veteranos líderes puderam reassumir suas posições no Partido e no Estado, ainda na primeira metade dos anos 1970, com o apoio de Mao. No caso das expulsões do partido, destaca-se a de Liu Shaoqi, ex-presidente da República Popular da China, por resolução da Plenária do Comitê Central, em outubro de 1968.

Viragem interpretativa

O que tinha a dizer o PCC pós-Mao? Efetivamente, a maioria do PCC, sob a liderança de Deng Xiaoping, assumiu uma nova forma de examinar os problemas chineses. Essa nova visão hegemônica foi discutida, formulada e oficializada no discurso do PCC,

sobretudo entre 1978 e os primeiros anos da década seguinte. Destacou-se uma condenação da atividade política de Mao em seus últimos 20 anos de vida.

No discurso oficial,⁴ a Revolução Cultural aparece especialmente como a prova absoluta do desastre maoísta, levando a China a exigir novos e diferentes caminhos. O próprio Mao julgou a Revolução Cultural como majoritariamente acertada e vitoriosa na luta de classe contra os assim chamados “seguidores do caminho capitalista”, mas apontou seus dois principais erros nas políticas de “derrubar tudo” e “guerra civil”. A direção do PCC pós-Mao consolidou a sua interpretação do período contemporâneo da política chinesa, através do livro *Breve História do Partido Comunista da China*, com primeira edição em 1994. Nessa obra, consta um capítulo intitulado “Os dez anos de caos interno durante a ‘revolução cultural’”. A despeito das ressalvas e cautelas, o tom geral denota uma certa vingança contra Mao. Comemora-se que a “bancarrota da teoria e da prática da ‘revolução cultural’ ” teria levado “Mao Zedong a mergulhar em insondável dor e desilusão”. (OFICINA, 1994, p. 781) Nessa *Breve História*, afirma-se:⁵

30

⁴ Sobre a influência ideológica do discurso, cabe considerar o seguinte: “As palavras ou vocábulos que usamos para nomear as coisas ou os fatos e acontecimentos não são inocentes. Buscam dar sentido ou significar estas coisas, estes fatos ou acontecimentos em consonância com interesses vinculados a determinados grupos, classes ou frações de classe. Mesmo os conceitos resultantes de um processo de elaboração sistemática e crítica ou científica não são, como querem os positivistas ou as visões metafísicas da realidade, imunes aos interesses em jogo nas diferentes ações e atividades que os seres humanos efetivam na produção de sua existência”. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 46)

⁵ A partir deste ponto do texto, a *Breve História do Partido Comunista da China* é abreviada, na grafia, para *Breve História*.

A assim chamada ‘grande revolução’ foi iniciada e dirigida por Mao Zedong. Ao iniciá-la, este teve a intenção de prevenir a restauração do capitalismo, manter a pureza do Partido e explorar um caminho socialista próprio da China. Nessa altura, no entanto, tinham evoluído até um grau de suma gravidade sua errônea compreensão da luta de classes na etapa do socialismo e sua equivocada avaliação da situação política do Partido e do Estado. (OFICINA, 1994, p. 728)

[Mao] [c]onsiderava [...] que somente fazendo uso de uma forma como a ‘revolução cultural’, destinada a mobilizar as amplas massas de maneira aberta, completa e de baixo para cima, seria possível pôr a descoberto cabalmente o sombrio aspecto na vida do Partido e do Estado e recuperar o poder usurpado pelos ‘dirigentes seguidores do caminho capitalista’, tal como ele os denominava. (OFICINA, 1994, p. 729)

[...] se produziu uma onda louca e anárquica orientada a “derrubar tudo” e se deu lugar a um grande caos interno em escala nacional, fazendo com que o trabalho do Partido e do Estado e a ordem pública normal sofressem enormes prejuízos, e a empresa socialista de nosso país experimentasse os reveses e as perdas mais graves desde a fundação da República Popular. (OFICINA, 1994, p. 729)

Na Revolução Cultural, a teoria, a política e os métodos de Mao Zedong teriam sido “completamente equivocados”. (OFICINA, 1994, p. 729) Muitas ideias de Mao sobre o socialismo seriam “utópicas, desligadas da realidade”. (OFICINA, 1994, p. 747) Ele teria buscado “uma espécie de ideal socialista perfeito”. (OFICINA, 1994) Na *Breve História*, contesta-se o teor de um escrito sintético de Mao, a *Instrução de 7 de maio* (de 1966). Nessa *Instrução*, Mao,

segundo a *Breve História* (OFICINA, 1994, p. 746-747), teria exigido que todas as profissões fossem administradas em organizações sociais, congregando, simultaneamente, indústria, agricultura, cultura e preparação militar, com o objetivo de se restringir, gradativamente, a divisão social do trabalho e a produção mercantil. Com base nessas “organizações sociais” autossuficientes ou semiautossuficientes economicamente, deveria ser promovida uma restrição paulatina do princípio de distribuição “a cada um segundo seu trabalho”, limitando o apelo do interesse material individualista. Na mencionada narrativa da *Breve História*, assinala-se que, nessa *Instrução*, Mao “considerava que, sem tais restrições, se engendraría o capitalismo”.

Na *Breve História* identifica-se a proposta de organizações sociais com a concepção das comunas populares de 1958. Assim, no referido livro (OFICINA, 1994, p. 747), o PCC pós-Mao sentencia:

32

[E]ste tipo de concepção de socialismo, de tintura ilusória e caracterizada pelo *igualitarismo*, era absolutamente impraticável e não pôde deixar de ser *boicotada* em diferentes graus por muitos camaradas do Partido. (grifo do autor)

Na *Breve História*, relembra-se que os fundadores do marxismo, referindo-se a Marx e Engels, tinham apontado apenas os grandes traços da sociedade socialista, partindo da realidade de países relativamente desenvolvidos. A interpretação errônea dessas observações dos clássicos teria levado a ilusões. No caso da China,

[d]esde muito tempo atrás, uma série de pontos de vista teóricos ‘esquerdistas’ de Mao Zedong sobre a luta de classes na etapa socialista e certas concepções sobre o socialismo tingidas de utopismo tinham sido tomados e divulgados amplamente como importante

desenvolvimento da teoria marxista, o que conduziu as pessoas a afundar-se cada dia mais no extraviado exagero da luta de classes. (OFICINA, 1994, p. 748)

No terreno da economia, desde o início da planificação, os anos de 1967 e 1968 teriam sido os únicos momentos da história do Estado da China Popular em que não foram implementados planos econômicos, em razão do caos social provocado pela “Revolução Cultural”. (OFICINA, 1994, p. 782-783) Em vez de irracionais, como se julgava no período da Revolução Cultural, os regulamentos e normas, na esfera da administração das empresas, são considerados, hoje, no período das reformas, como eficazes e provados, ou seja, “princípios e políticas específicos mais ou menos perfeitos”. (OFICINA, 1994, p. 783) Afirma-se, hoje, que a administração empresarial tinha entrado em colapso, quando, no passado, foram rejeitados como trivialidades burguesas os critérios de gestão, a exemplo do sistema de responsabilidade dos diretores, dos indicadores de lucro e do princípio “a cada um segundo o seu trabalho”. (OFICINA, 1994) Há quem discorde disso. A administração das unidades de produção, no período da Revolução Cultural, contou, por exemplo, com a aprovação e otimismo de Charles Bettelheim. Esse economista marxista francês exaltou o impacto positivo da Revolução Cultural sobre a participação dos trabalhadores nas mudanças tanto na gestão quanto no processo de trabalho no interior das empresas.

O novo discurso do PCC recorreu à ferramenta das estatísticas (OFICINA, 1994) que, no caso do agitado período da Revolução Cultural, são sempre objeto de muita controvérsia: o valor global da produção industrial e agrícola teria recuado 9,6% em 1967, em relação ao ano anterior; esse mesmo índice teria diminuído 4,2% em 1968, em comparação a 1967. Entretanto, os dirigentes chineses, pós-Mao, são forçados a reconhecer que o valor global da produção

industrial e agrícola cresceu – inimagináveis – 23,8% já em 1969, comparado ao ano precedente, após refreadas algumas investidas da Revolução Cultural e retomado, em parte, o controle governamental sobre a economia. Aqui, novamente, seria necessário observar que se trata de um índice de crescimento muito exagerado, discutível, mesmo considerando a suposta fraca base de comparação estatística da produção do ano anterior.

34 Nos anos de 1970 e 1971, a economia continuou obtendo elevadíssimos índices de crescimento. Mas denunciou-se, na *Breve História*, que o IV Plano Quinquenal, aprovado em março de 1970, teria exagerado na avaliação de ameaça de invasão militar, adotando-se um programa de massiva descentralização da administração das empresas para os governos locais; imensa construção de unidades econômicas voltadas para sistemas econômicos razoavelmente independentes em diversas regiões do país; e aceleração da produção industrial militar. Lançou-se, conforme o novo discurso, a acusação: um desvio de “esquerda” teria empurrado, em 1970, a China novamente para mais um assim chamado “avanço temerário”. Tentou-se, na *Breve História*, demonstrar a acusação: o resultado do avanço temerário teria sido uma demanda exagerada de força de trabalho (operários e funcionários), elevação exagerada da massa salarial, sobreaquecimento das vendas de cereais. Aqui, nesse caso, a nova narrativa do PCC sequer mencionou, como ressalvas, os propósitos econômico-sociais como a redução das desigualdades regionais marcantes na China, ou a democratização da gestão econômica, com a transferência de funções para os governos locais. Ignoraram-se, na reinterpretação histórica, as possibilidades de novas relações entre indústria e agricultura nas diversas pequenas unidades de produção. Menosprezou-se a aproximação entre o trabalho de direção e de execução na atividade produtiva.

Na forma dessa narrativa da *Breve História*, os feitos econômicos quando são reconhecidos, no curso da Revolução Cultural, têm

uma apreciação curiosa. São citados alguns exemplos de construção de infraestrutura e instalação industrial no período: conclusão das ferrovias de Chengdu-Kunming em 1970, de Zhuzhou-Guiyang em 1972, de Xiangfan-Chongqing em 1973, lançamento do satélite artificial em 1970, grandes unidades de exploração de petróleo como o campo petrolífero de Daqing, plantas industriais de fertilizantes químicos, de produtos químicos e petroquímicos. (OFICINA, 1994, p. 787-788) Todavia, esses êxitos obtidos em nada foram contribuições da Revolução Cultural. São apresentadas como vitórias alcançadas em razão, sobretudo, das medidas de reajuste, a partir de 1972-3, com a contenção do chamado avanço temerário. São apontadas como vitórias do retorno à planificação unificada, disciplina, relações proporcionais entre agricultura e indústria e cortes na indústria militar. É estranha essa lógica que desprende e separa os êxitos econômicos da relação com o processo global da Revolução Cultural. O que é “bom” não tem nada a ver com a RC e o que é “ruim” tem a ver apenas com a RC. Por um lado, cabe reconhecer, é verdade, que os defeitos sérios na vida econômica e social da China estiveram, obviamente, articulados com a grave tensão política do período. Todavia, por outro lado, os êxitos econômicos tiveram a ver com a mobilização dos quadros e das massas segundo as linhas, programas e contexto da Revolução Cultural, sem diminuir as contribuições políticas e administrativas do governo liderado pelo primeiro-ministro Zhou Enlai.

Viragem no núcleo do poder político

Na busca de legitimidade para as reformas das últimas décadas, a liderança chinesa exagerou a avaliação da importância dos resultados, sobretudo econômicos (normalização dos transportes, aumento da produção industrial), do chamado trabalho de reordenamento, conduzido por Deng Xiaoping à frente do Conselho

de Estado, no ano de 1975, com esforços para a reorganização da economia e em favor da estabilidade e normalidade da ordem pública. (OFICINA, 1994, p. 815-9) O prazo de um ano é muito breve para tantos feitos alegados. Não é verdade que o trabalho de reordenamento teria sido uma espécie de ensaio para as ideias das futuras reformas de Deng. Nesse ano de 1975, Deng não encaminhou medidas, sequer experimentais, acerca do compartilhamento da regulação da economia com o mercado, capital estrangeiro, privatização, descoletivização da agricultura etc.

O trabalho de reordenamento vinculou-se com o futuro papel de Deng, no tocante às reformas, em razão de certa legitimidade tipicamente política, alcançada por ele em decorrência direta do exercício do poder. Deng, no poder, acumulou força política, legitimidade e mobilizou aliados. Nesse sentido, o ano de 1975 foi uma amostra da sua liderança na China. Isso se materializou tanto nas suas funções – na prática – de principal governante, tendo o irrestrito apoio do primeiro-ministro Zhou Enlai, bastante enfermo, quanto nas suas funções de chefe militar, estando Mao também adoentado e com sua atividade reduzida na presidência da Comissão Militar, órgão de imenso poder na estrutura do Estado chinês.

As explicações oferecidas pelo PCC para as disputas e mudanças políticas entre 1976 e 1978 são muito limitadas.⁶ Insiste-se na narrativa de episódios, concentrados em torno de algumas personalidades. Há uma ênfase na denúncia do esquerdismo do chamado “bando dos quatro”: Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan. Wang Hongwen era vice-presidente do Partido desde 1973; Zhan Chunqiao, membro do comitê permanente do bureau político e do Comitê Central do PCC, e Yao

⁶ As informações podem ser consultadas através da obra. (OFICINA, 1994, capítulos 8 e 9)

Wenyuan e Jiang Qing, membros do bureau político desde 1969. Após a morte de Mao, em espetacular reviravolta política, eles, os quatro, foram expulsos do PCC.

Na reunião [do Comitê Central de julho de 1977] decidiu-se expulsar do Partido, para sempre, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Quing e Yao Wenyan, destituindo-os de todos os cargos que desempenhavam dentro e fora do Partido. (OFICINA, 1994, p. 835)

O “bando dos quatro” teria instigado o facciosismo e a anarquia da Revolução Cultural. Apresenta-se como objetivo dos quatro ex-dirigentes, sobretudo de Jiang Qing, a ambição pelo poder. Tudo teria sido motivado apenas para a finalidade da tomada do poder por esse agrupamento. Descreve-se o problema da sucessão, como se Deng Xiaoping tivesse sido vítima dos esquerdistas, sendo preterido de sua suposta natural nomeação como novo primeiro-ministro após a morte de Zhou Enlai, em fevereiro de 1976. O lugar natural de Deng teria sido usurpado com a decisão de Mao de propor Hua Guofeng para primeiro vice-presidente do Comitê Central do PCC e primeiro-ministro do Conselho de Estado, em abril de 1976.

A prisão do chamado “bando dos quatro”, em outubro de 1976, significou, de fato, a derrota de uma corrente política e o encerramento da Revolução Cultural. Os veteranos dirigentes do PCC, tradicionalmente refratários à Revolução Cultural, mostraram-se uma força política hegemônica no novo contexto do desaparecimento de Mao Zedong. Assim, como ocorria na URSS, a queda da tendência esquerdista não decorreu de processos políticos democráticos, com participação popular. Foi uma decorrência da intervenção política e militar do Partido-Estado, a partir da maioria dos seus dirigentes, inclusive Hua Guofeng, no choque entre as correntes políticas, pelo poder, depois da morte de Mao. O exercício do

poder significava o controle do Bureau Político do Comitê Central, que era uma peça muito importante na disputa entre os líderes do Partido Comunista Chinês, sobretudo na ausência de Mao.

Cabe falar em golpe de Estado na China nesse momento? Charles Bettelheim afirma que aconteceu um verdadeiro golpe de estado, em 6 de outubro de 1976, perpetrado pelas forças de segurança. O primeiro ministro, Hua Guofeng, pronunciou um discurso no dia 18 de setembro de 1976, atacando os seguidores do caminho capitalista, apontando sua presença na cúpula dirigente chinesa, o que pode ser interpretado como uma referência, sobretudo, a Deng Xiaoping. No entanto, imediatamente, em seis de outubro, Hua muda de posição, decreta a prisão do “bando dos quatro”, sendo, em seguida, agraciado, na noite do próprio dia seis, pela decisão da reunião do bureau político do comitê central, que o nomeava presidente do PCC e presidente da Comissão Militar.

38

Em 1999, mais de 20 anos depois, Wing Thye Woo reafirmou, inequivocamente, o caráter golpista da mudança política: “A prisão do bando dos quatro foi um *coup d’État*. Ele foi feito pelo marechal Ye Jianying, o mais importante líder na China”. (WING, 1999, p. 27) Deng Xiaoping estava afastado do poder desde abril de 1976. Segundo a análise de Wing, o marechal Ye Jianying tentava se projetar, esvaziando o poder de Hu Guofeng e cuidando da reabilitação de Deng e outros veteranos dirigentes. Depois do 11º Congresso do PCC, em agosto de 1977, o novo Bureau Político Permanente do Comitê Central do PCC foi composto, segundo sua hierarquia formal, por Hua Guofeng, Ye Jianying, Deng Xiaoping, Li Xiannian e Wang Dongxing. Li Xiannian foi ministro da Fazenda no período de 1957 a 1975 e Wang Dongxing era um veterano comandante militar e participou da operação de prisão do “bando dos quatro”. Como se vê, à exceção de Hua Guofeng, a mais alta instância do poder político da China já tinha sido rapidamente recomposta pelos velhos quadros, há menos de um ano da morte de Mao Zedong.

Fim da turbulência maoísta

Bettelheim avaliou que “no fim de 1976, um ‘novo curso’ toma forma, correspondendo à vitória de uma linha revisionista e da burguesia existente no interior do Partido”. (BETTELHEIM, 1979d, p. 171) As portas do poder foram abertas para uma burguesia de Estado. Ele afirmou:

Nestas condições, os avanços socialistas da Revolução Cultural são destruídos. Os comitês revolucionários de fábrica são suprimidos. A disciplina de novo imposta do alto pela direção das empresas e pelos engenheiros e técnicos. Os regulamentos autoritários são restabelecidos nas fábricas. O mesmo ocorre quanto aos prêmios e os “estímulos materiais”. (BETTELHEIM, 1979d, p. 173)

A contraofensiva de sentido burguês, em última instância, decorrente de um tipo especial de luta de classes em torno da natureza e da evolução das relações sociais de produção durante a transição socialista, foi considerada, naquela conjuntura, naquele momento, inevitável. (BETTELHEIM, 1979d, 174-176) A reação foi profunda, quebrando as relações sociais novas ainda em construção, além do afastamento de novos quadros políticos proletários. A insuficiência democrática, inclusive a preservação dos velhos esquemas de relações políticas e ideológicas no interior do PCC, e os erros dos setores revolucionários forjaram, paulatinamente, a indiferença das massas, que assistiram passivamente ao golpe de estado. A partir daí, as massas se deixaram “influenciar pelo quadro falsamente pessimista traçado da situação econômica ‘legada’ pela Revolução Cultural”, concluiu Bettelheim (1979d). Lançou-se sobre as massas o discurso da “modernização” e a promessa de “uma melhoria rápida, possível, de seu nível de vida”.

O fato é que a Revolução Cultural fracassou. E com ela falhou a estratégia maoísta de construção do socialismo na China. A prevenção da restauração capitalista só teria chance de se consumir com a própria vitória definitiva do socialismo. Todavia, essa era uma tarefa, digamos, hercúlea, considerando o contexto global de dificuldades diversas do socialismo real na realidade chinesa e no mundo. Esgotado o maoísmo, a China estava em uma encruzilhada sistêmica, englobando os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos/produtivos e geopolíticos. O fracasso maoísta forneceu argumento e abriu a possibilidade para um novo processo político em torno da modernização econômica, encaminhando-se para recuos sucessivos nas relações sociais de produção, do ponto de vista da classe trabalhadora.

40

A Revolução Cultural produziu choques, confrontos, quase guerra civil para produzir... mais choques, confrontos, quase guerra civil. Nem as massas rebeldes ofereciam um desenlace de normalidade civil, estabilidade democrática, novo poder, nova hegemonia, nem as velhas camadas dirigentes do Partido-Estado cediam suas posições, inclusive concepções sobre os rumos da China. Enquanto Mao estava vivo, todos se apresentavam como maoístas, uns mais do que outros. Mao era, ao mesmo tempo, o árbitro e o principal operador da atividade política na China. Em vez do poder democrático das massas, havia o culto da personalidade. Em vez da explicitação de concepções e projetos claros, havia apelos, sem substância programática, à luta de classes, às manifestações públicas em combinação com a tentativa de rápida transformação das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Mao denunciava a localização de correntes conservadoras no interior da cúpula do Partido-Estado, mas não propunha uma solução alternativa de reorganização democrática das instituições do regime político, com a indicação de novas formas concretas para o papel do Partido e do Estado, ultrapassando o problema do papel

de uma ou outra personalidade dirigente. A Revolução Cultural arrastou-se por demasiado tempo, prejudicando a democracia política, exacerbando o papel do exército, subestimando o papel da intelectualidade, menosprezando a centralidade da contribuição científica e restringindo a atividade normal das universidades. A vida política transtornada e as modestas condições de vida do povo geravam dúvidas sobre as escolhas estratégicas econômicas e tumultuavam a percepção sobre a construção do socialismo.

Na viragem política em curso, Hua Guofeng desembarçou-se da “esquerda” e tentou atrair o apoio dos veteranos dirigentes do exército, partido e estado, polarizados, em sua maioria, por Deng Xiaoping. Entretanto, ele, recém-chegado ao poder ainda nos próprios anos 1970, não compreendeu que a primazia na liderança já era de Deng, um dos últimos sobreviventes do grupo dos mais importantes dirigentes comunistas desde os tempos da Longa Marcha, com o título de importante comandante militar na guerra. Deng, já nos anos 1950, tinha sido secretário-geral do PCC. Ele representava uma corrente tradicionalmente enraizada na vida política chinesa. Hua não compreendeu a nova situação, na cúpula partidária, diante do papel de Mao Zedong, sobretudo em face da Revolução Cultural e dos desafios de estratégia econômica. Ele, Hua, tentava capitalizar a sua indicação para alguns dos principais cargos, pelo próprio Mao. Agarrava-se ao fato de ter sido o “sucessor” tacitamente ou supostamente escolhido pelo Grande Timoneiro. No XI Congresso do PCC, em julho de 1977, Deng e outros veteranos foram reabilitados, além da incorporação de novos quadros dessa mesma corrente, modificando sensivelmente a correlação de forças dentro da composição do Comitê Central e do Bureau Político. Ao longo dos anos de 1977 e 1978, a corrente de Deng assediou as posições de poder, ao contestar a preservação da linha partidária chamada de “duas todas”, já que Hua Guofeng insistia em manter (i) “todas as diretivas” e (ii) “todas as orientações” de Mao. (POMAR, 2003, p. 102-104)

Em abril de 1978, o primeiro-ministro Hua Guofeng conseguiu lançar um grande plano de aceleração da construção econômica, com rápida industrialização, grandes obras de infraestrutura e massiva importação de tecnologia. Era como se fosse uma recaída no “avanço temerário”. Deng propunha um reajustamento da economia, “uma retirada parcial, no estilo da Grande Marcha”, e insistia na avaliação crítica de Mao. A corrente majoritária, liderada por Deng, no Comitê Central, impôs a rejeição da linha política da manutenção das “duas todas” maoístas, na famosa 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, e, em abril de 1979, classificou como grande fracasso o plano econômico de Hua Guofeng, plano este apenas recém-adotado. Apontaram os resultados de déficit orçamentário, déficit comercial, inflação etc. Decidiu-se por uma nova política para “reajustar, reformar, corrigir e melhorar” a economia. Wing Thee Woo contrasta a tentativa de política econômica de Hua (WING, 1999, p. 28-9), cujo conteúdo era caracterizado por massiva e acelerada industrialização, isolamento comercial e planificação estatal, com as propostas de Deng, que se baseavam em incentivos materiais, busca de eficiência econômica e desenvolvimento com destaque ao comércio exterior.

A viragem política não poupou Hua Guofeng. Ele foi afastado de suas funções no início de 1980, mantendo-se com os títulos apenas nominalmente, enquanto Zhao Ziyang, apoiado por Deng, assumia, na prática, as tarefas de primeiro-ministro. O ato final da deposição formal de Hua Guofeng da presidência do Partido e da Comissão Militar aguardou apenas o ritual da realização do Congresso do PCC, em junho de 1981, e a 8ª Plenária do 11º Comitê Central. Deng passou de vice-presidente para presidente da Comissão Militar do Comitê Central e indicou Hu Yaobang para a presidência do PCC. Em 1982, o cargo de presidente do PCC foi extinto, apagando-se criticamente a simbologia da fórmula “presidente Mao”, recriando-se o posto de secretário-geral, que foi

ocupado por Hu Yaobang. Na referida 8ª Plenária, concluiu-se, no balanço do papel de Mao Zedong, que suas contribuições teriam ocorrido até 1957, como se tal separação cronológica exata fosse possível. Nesse balanço, foi claramente destacada a condenação à Revolução Cultural, apresentada como um desvio de esquerda cuja responsabilidade principal recaía sobre Mao.

Os erros da turbulência política maoísta são magnificados pelo discurso oficial de condenação avassaladora da Revolução Cultural, sempre e até hoje. Mas essa crítica exacerbada começa a sofrer alguns abalos na China, a partir da emergência do capitalismo e de seus efeitos deletérios. Assim, Robert Weil noticiou que, para alguns acadêmicos, a Revolução Cultural está começando a ser “um tópico de discussão e reexame”. (WEIL, 2006, p. 16) Isso é um fato importante já que Deng Xiaoping fez, no lançamento das reformas, uma grande conclamação à participação dos acadêmicos e intelectuais na modernização chinesa, propondo “trocar o vermelho pelo especialista”. Weil lembrou, porém, que a maioria dos acadêmicos avalia ainda muito negativamente a Revolução Cultural. Uma inclinação positiva na interpretação dos movimentos políticos maoístas dos anos 1960 poderá gerar reações governamentais punitivas, e qualquer acadêmico, assim, teria sua carreira arruinada. A despeito disso, começa a haver uma nova atitude, sobretudo, de alguns jovens pesquisadores, que descobrem materiais e registros fundamentais da Revolução Cultural e fazem entrevistas com participantes daquele processo político.

Internacionalmente, é claro, não há unanimidade contrária às ideias e eventos do maoísmo. A imprensa, os círculos governamentais e a indústria de propaganda anticomunista no Ocidente, inclusive algumas obras de cinema,⁷ continuam manipulando

⁷ Ver o filme *Balzac e a costureirinha chinesa*, baseado no livro de Dai Sijie.

negativamente, sem trégua, a lembrança da Revolução Cultural. Os Guardas Vermelhos são pintados com as tintas do ridículo, burlesco, grotesco. Entretanto, alguns setores intelectuais no Ocidente avaliam a denúncia contra a Revolução Cultural como parte de um esforço conservador para condenar os movimentos antissistêmicos dos anos 1960. Assim, Guo Jian registra que Arif Dirlik e Maurice Meisner compreendem a teoria de Mao sobre a Revolução Cultural como a mais importante ideologia revolucionária contemporânea. (GUO, 1999, p. 343-344) Já Frederic Jameson a considera como a mais rica teoria dos anos 1960.

Independentemente do conteúdo das controvérsias sobre a política maoísta, efetivamente, desde o final da década de 1970, na China, a máquina da viragem política foi posta em movimento, atropelando os adversários e resultando em uma operação bem-sucedida. Um determinado fato político, tempos depois, acentuou a magnitude da viragem ocorrida na China, além de comprovar essa mudança dos ventos políticos no núcleo dirigente do sistema Partido-Estado: em 14 de novembro de 2002, o 16º Congresso Nacional do PCC aprovou os novos Estatutos do Partido e modificou os critérios de filiação partidária. Nos novos Estatutos do PCC, em seu artigo primeiro,⁸ estabeleceu-se que:

44

⁸ Vale lembrar, a título histórico, que a origem do nome bolchevique, entre os comunistas russos, deveu-se a uma divergência, em um congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), em que surgiu uma ala, dirigida por Lênin, e uma outra liderada por Márto (menchevique), em que houve uma divisão, entre outros motivos, exatamente pela redação do artigo primeiro dos estatutos do Partido, definindo os critérios de admissão do militante e suas condições de militância partidária. A maioria (bolchevique) optou pela definição do membro do partido que implicava na formação de uma vanguarda de revolucionários profissionais. Portanto, quase um século depois, o chinês Jiang Zemin, presidente do PCC, atualiza o russo Márto.

Qualquer trabalhador, camponês, militar, intelectual ou qualquer pessoa progressista de outros estratos sociais que seja maior de 18 anos e que aceite os estatutos e programa do Partido e deseje unir-se e atuar ativamente em uma das organizações partidárias, cumprindo as decisões do Partido e pagando as contribuições militantes, pode ser membro do Partido Comunista da China.

Portanto, as portas do PCC foram, dessa forma, abertas para o ingresso de capitalistas. Na preparação dessa mudança na composição partidária, o presidente Jiang Zemin, em 1 de julho de 2001, alegando as características das transformações em curso na China, propôs a admissão, no PCC, de chineses que estivessem à frente de empresas privadas como proprietários e gerentes.